

CELSO FURTADO E A ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Fernando Patriota*

INTRODUÇÃO

A obra intelectual de Celso Furtado tem o peso e a envergadura de um esforço de sistematização global, na explicação das sociedades sub-desenvolvidas da América Latina e, em especial, do Brasil. Tomando os conceitos de desenvolvimento e sub-desenvolvimento como âncora de seu pensamento, o autor alia a história, a economia, a filosofia num esforço multidisciplinar para construir o denominado “método histórico-estrutural”, como ficou conhecida a análise da formação das sociedades sub-desenvolvidas no contexto da divisão internacional do trabalho, após superada a situação colonial.

A extensa obra e o arcabouço teórico de Furtado singularizam-se porque, longe de reduzir a realidade histórica da América Latina aos esquemas teóricos explicativos do capitalismo ocidental europeu e americano, procura construir seu próprio caminho e suas categorias analíticas, a partir da crítica da ciência econômica existente, no entanto, voltado para os processos empíricos da formação social historicamente dada que tomou como objeto de estudo. Assim, em *“Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”*, este autor enumera as três principais escolas da ciência econômica que contribuíram para a construção do seu pensamento econômico, sobretudo voltado para a teoria do sub-desenvolvimento: primeiro, a escola neoclássica fundada em noções de equilíbrio geral e na alocação ótima dos fatores em regime de livre mercado; no entanto, excluía desse modo qualquer percepção da dinâmica social, tornando a economia algo como uma ciência estática e

* Professor do Departamento de História Econômica da UFPE. Mestre em História pela UFPE, Doutorando em História Econômica pela USP.

assentada em valores abstratos, capaz de ser expressa em sistemas de equações diferenciais. Uma segunda variante foi a emergência do pensamento keynesiano, atribuindo um novo papel intervencionista ao Estado na economia, no contexto do capitalismo monopolista; nas condições do capitalismo sub-desenvolvido ou retardatário, abriam-se perspectivas de reformas sociais com as funções intervencionistas do Estado e o dirigismo econômico. Por fim, a contribuição do pensamento marxista, que ao por a nu a irracionalidade social do capitalismo, fomentando a atividade crítica e inconformista, apresentava grande eficácia na discussão dos processos de mudança social nos países sub-desenvolvidos, ou seja, era um importante vetor ideológico. Para Furtado, porém, a economia marxista perdia eficácia explicativa quando adotava os postulados filosóficos como dogma, emprestando assim um caráter teleológico à análise econômica.

Furtado realiza assim a aproximação entre o método histórico e a análise econômica para compor o “Estruturalismo”-teoria dos diversos sistemas econômicos nacionais, vistos no plano abstrato com problemas similares (de subdesenvolvimento), com variantes condicionadas por processos histórico distintos.

Visto essa breve apresentação, enfocarei o pensamento recente do autor já nos anos oitenta, sobre a atualidade da problemática nordestina e do Brasil, sob o duplo enfoque da história e do conceito de desenvolvimento econômico, no quadro estrutural da divisão internacional do trabalho.

O NORDESTE REVISITADO

O pensamento de Celso Furtado carrega em si aquele sentido de práxis, enquanto um corpo de idéias voltadas à ação. Nesse aspecto O Brasil em geral e o Nordeste em particular constituíram recortes privilegiados onde o autor conjugou a análise histórica e a evolução dos processos econômicos, buscando a construção de modelos teóricos explicativos das

características estruturais do sub-desenvolvimento econômico dos países de passado colonial e que no século XX encontravam-se retardatários em seu desenvolvimento econômico capitalista, ao nível das forças produtivas e ao nível dos indicadores sociais, face ao modo capitalista de produção dos países desenvolvidos, ditos avançados. Em suas palavras,

*“Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros... Compreender melhor o mercado para agir sobre ele com mais eficácia.”*²¹²

O Nordeste e o Brasil enquanto realização intelectual e científica trazem também uma forte conotação telúrica, pela complexidade dos problemas irresolvidos que se amontoaram em todos esses séculos, engendrando as tão visíveis disparidades regionais. A infância sertaneja na Paraíba moldou seu espírito num espaço social onde

“...esse mundo de homens, em que poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso.”

Então, conhecer e superar essa realidade trazia em si uma ambição individual e coletiva, de modo simultâneo. Explicar o Nordeste era também explicar-se, ele um cidadão do mundo:

*“Muitas vezes me pergunto, se o desejo insaciável de penetrar na realidade do próprio país não encobre um outro desejo ainda mais fundamental: o de conhecer-se a si mesmo... Até que ponto meu interesse pelo Nordeste decorre de uma simpatia profunda pelo mundo que mais conheço (o de minha infância e adolescência) ou reflete principalmente a consciência que tenho de que sou prisioneiro das estruturas sociais em que me formei, mesmo quando contra elas me revolto?”*²¹³

²¹² FURTADO, Celso. Col. Economia, org. Francisco de Oliveira. Ática, 1983.

²¹³ IDEM, op. cit.

Destarte, o Nordeste acompanha o autor como objeto empírico para a tematização da teoria do sub-desenvolvimento desde a operação Nordeste (1959); GTDN- Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste- documento oficial da SUDENE, de autoria não contestada de Furtado (1959); A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo, 1983), onde o autor consagra um capítulo extenso aos desequilíbrios regionais do Brasil: *"Volta-se a visitar o Nordeste para sugerir que se reconsidere a fundo, a partir do básico que é a questão da estrutura agrária, a presente atuação do Poder Público na região"*, até um opúsculo publicado em 1986 numa série paradidática em Pernambuco sob o título "Nordeste, o tempo perdido", onde o autor mira-se novamente no antigo diagnóstico do GTDN, para reafirmar posições e avançar novas propostas para o quadro econômico regional. Esses três momentos separados no tempo em torno de vinte e cinco anos mostram a preocupação sempiterna do estudioso com a questão Nordeste, na perspectiva ampla do desenvolvimento e, subjacente à visão das estruturas, emerge o ator social qualificado como o destinatário principal das políticas econômicas públicas e da ação privada voltadas para atacar os males estruturais por ele diagnosticado- a população pobre em seus estratos rurais e urbanos, que pressiona continuamente numa situação de oferta inelástica de empregos, causada por um modelo agrário concentrador da terra e um modelo urbano-industrial que é um mero prolongamento do capital industrial do Centro-Sul, atendendo a uma pequena demanda de uma classe média alta e uma burguesia com hábitos de consumo mimetizadas também do Centro-Sul que por sua vez é uma emulação do estrangeiro sem suas evidentes vantagens estruturais de desenvolvimento.

Aqui, é preciso ter em mente as categorias conceituais de Furtado, igualmente atentando à ponte que ele faz entre o modo lógico e abstrato do raciocínio estrutural, e o espaço de manobra do real concreto, localizado historicamente num momento dado.

Como procedimento abstrato o autor de *"Formação Econômica do Brasil"* lança mão de duas categorias fundantes:

a de Estrutura e a de Centros de Decisão. No primeiro caso trata-se de, a partir da análise dos processos econômicos reais, fazer derivar a idéia motriz do planejamento enquanto possibilidade de intervenção produtiva ou catalisadora da economia, visando a propiciar reformas estruturais e influir no padrão de acumulação capitalista, vale dizer, no sentido de melhor otimizar o modelo de desenvolvimento de uma economia sub-desenvolvida. No segundo caso, a idéia de Centros de Decisão por sua componente política, afastou o economista da fácil ilusão dos mecanismos automáticos de mercado, colocando os grupos sociais como agentes interativos da economia. Os Centros de Decisão assim decidem em função de dados objetivos e ancoram-se no poder público para fazer valer suas proposições, num quadro estabelecido e instável de conflitos sociais. Isso deixa claro que o Estado não esgotou suas possibilidades de intervenção nos processos econômicos, restando ver o novo enfoque da ação governamental que Furtado preconiza, um quarto de século após a criação da SUDENE.

Situando a evolução econômica do Brasil em bases históricas, Furtado localiza as grandes linhas do desenvolvimento nordestino, combinando as variáveis geográficas com a divisão do trabalho, melhor dizendo, com a especialização econômica que os recortes sub-regionais iam conformando, a partir da ocupação produtiva do Litoral/Mata, após o breve surto exploratório do pau-brasil. Como procedimento analítico, o autor escolhe como recorte político-administrativo o estado da Paraíba dos anos 1980, espaço do concreto que substancia seu raciocínio lógico-estrutural, recobrando o argumento com a referência histórica para erigi-lo como modelo já que:

"...o estado da Paraíba constitui de alguma forma uma miniatura do Nordeste, pois ali estão representadas de forma equilibrada as três áreas que definem o perfil ecológico regional... Uma observação

*mais detida da economia desse estado talvez seja a forma mais fácil de captar o essencial da problemática nordestina.*²¹⁴

Furtado analisa então as três sub-áreas geográficas do ponto de vista da propriedade agrária, das formas camponesas e do mercado de trabalho, da pecuária, da agricultura de alimentos e por fim, da industrialização.

De início, a principal diretriz de um plano de desenvolvimento regional deveria ser o incremento das atividades reprodutivas que criam emprego na região e se vinculam ao mercado local. Desse modo o poder público deve incentivar a pequena e média propriedade familiar no Agreste/Sertão para incrementar a produção agrícola de alimentos, aumentando a oferta de bens de consumo popular visando a rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho regional, fazendo crescer de modo horizontal a massa monetária interna nas mãos daqueles a quem o acesso a economia mercantil foi secularmente dificultado, pelo modelo agrário-exportador historicamente constituído no Nordeste. Igualmente deve ser reforçado o tecido de pequenas e médias empresas manufatureiras que são multiplicadores de empregos e cuja demanda seja formada pelo mercado regional. Note-se que o autor não condena as grandes empresas como marco constitutivo do capitalismo atual no Brasil, nem mesmo na Paraíba, no entanto a ênfase recai, nesse momento histórico de mundialização da economia, na conjugação interna dos setores primário e secundário, a partir da reorganização das atividades tradicionais de mercado interno, vale dizer, aquelas forjadas secularmente no processo histórico regional. É nesse ponto que emerge a articulação no pensamento furtadiano entre as estruturas econômicas e os Centros de Decisão, onde avulta o planejamento como instrumento da política econômica nacional, já que:

²¹⁴ FURTADO, Celso. A Nova Dependência(dívida externa e monetarismo). Paz e Terra, 5ª. ed., Rio de Janeiro, 1983.

*"Também pode ser de interesse para o país promover o descongestionamento do parque industrial,... pois a excessiva concentração geográfica das atividades manufatureiras engendra custos sociais e ecológicos crescentes."*²¹⁵

Com aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, o semi-árido nordestino além das implicações afetivas e culturais que envolvem o autor, constitui um caso particular de estudos aos quais dedicou todas as suas energias, face ao fenômeno climático das secas periódicas que atingem o Sertão e que, mercê do adensamento demográfico e do modelo econômico aí implantado secularmente, transformou-se em fenômeno ecológico com graves consequências econômicas e sociais com a desarticulação do mercado de trabalho regional e a dispersão da população camponesa, quando não, a fome, o êxodo, a morte e a perpetuação das estruturas sociais e políticas que garantem a continuidade desse modelo econômico predatório e anti-ecológico, assim como socialmente perverso. E isso tem um nome: sub-desenvolvimento, assim definido no duro e inescapável conceito que esse pensador retira das consequências culturais da seca na formação histórica regional:

*"As sociedades que não realizaram qualquer investimento no fator humano até os albores do século atual foram condenadas às piores formas de subdesenvolvimento. A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política,... contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste."*²¹⁶

O BRASIL E A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Ao tratar das diretrizes de um hipotético plano de desenvolvimento regional como foi acima esboçado, Furtado

²¹⁵ IDEM, op. cit.

²¹⁶ FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. 2a. ed., Paz e Terra, São Paulo, 1989.

salienta que a especulação só faz sentido se ancorada numa decisão de política econômica nacional, e não mais simplesmente uma “ajuda ao Nordeste” e que a materialização dessa atitude se dará na construção de instrumentos políticos que capacitem o Nordeste a atuar nos centros de decisão nacionais, onde à SUDENE devem ser restituídas suas prerrogativas originais, sob a égide de políticas econômicas que tenham seu fundamento no desenvolvimento do mercado interno. É esse, então, o momento crucial daquilo que o autor denominou a construção interrompida de um projeto nacional, num mundo tomado pela crescente transnacionalização do capital. Em outras palavras, a construção de um sistema econômico nacional, para Furtado, pressupunha a possibilidade de superação do subdesenvolvimento com um suportável custo social internalizado pela sociedade, com os centros decisórios de poder ancorados no Estado promovendo as reformas estruturais, visando à maior homogeneização social no que toca à participação relativa dos conflitantes grupos e classes sociais nos ganhos de produtividade do trabalho do sistema econômico nacional. Intencionava-se assim atingir o gargalo das disparidades regionais, fazendo interagir o econômico, o político e o cultural a par da mobilização da sociedade em função de objetivos nacionais claramente traçados e discutidos nos foros competentes da nação. O que se viu porém, foi o mau desenvolvimento ou a reiteração do subdesenvolvimento, aprofundado pelo modelo econômico estabelecido a partir do golpe político-empresarial-militar de 1964:

*“A questão central é, portanto menos de pobreza do que de mal-desenvolvimento, de agravação de tendências estruturais anti-sociais que se apresentam no conjunto do país... O que caracteriza o desenvolvimento é seu projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal como o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios de elites ansiosas por modernização”*²¹⁷

²¹⁷ FURTADO, Celso. Brasil - A Construção Interrompida. 2a. ed., Paz e Terra, São Paulo, 1992.

Nesse momento em que a mundialização da economia consagra a hegemonia das grandes empresas e conglomerados multinacionais, superpondo-os aos Estados nacionais, o autor denuncia a gravidade do momento histórico atual para aqueles países como o Brasil, onde o Estado como um dos indutores da acumulação de capital esgotou suas virtualidades, tornando o país, enquanto projeto nacional, uma construção interrompida. O subdesenvolvimento não excluiu um forte crescimento econômico mas, ao contrário, combinou altas taxas de crescimento concomitantemente à acentuada concentração da renda nas camadas médias e altas da sociedade, num modelo econômico que excluía a maioria da população, sobretudo os estratos baixos, dos seus benefícios diretos e indiretos, na forma da utilização intensiva de capital e de tecnologias poupadoras de mão de obra, assim como voltado para atender demandas distantes das possibilidades de consumo do mercado tradicional. O que fazer então, nesses momentos atuais de reorganização institucional do país e de fortalecimento da sociedade civil, mediante o jogo contraditório da democracia política e da informação? para Furtado:

"...o subdesenvolvimento como o deus Jano, tanto olha para a frente como para trás... É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa, elaborar esse conhecimento é tarefa para a qual devem contribuir as universidades... Essa mudança de rumo, no que nos concerne, exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante."²¹⁸

Trata-se, em outras palavras, de assumirmos nossa situação histórica e nossa identidade cultural, compreendendo que o desenvolvimento se dá pela ação das pessoas, homens e mulheres, agrupadas segundo dados interesses. E isso implica em sua importante dimensão política e cultural, que extrapola a

²¹⁸ IDEM, op. cit.

mera noção quantitativa de crescimento econômico descolado dos indicadores sociais como saúde, taxa de escolaridade, de mortalidade infantil e outras mais. E é no espaço aberto da reorganização institucional do país que deve se consolidar a dinâmica da sociedade civil, que ao empalmar o controle do centro decisório de poder, o Estado, lutará por evitar a tomada deste por forças minoritárias de caráter autoritário. Pois o que está em jogo é a identidade nacional, consubstanciada em valores culturais e políticos “e só ancilarmente econômicos”, vale dizer, irredutível a apenas um território comparável a um imenso empório de mercadorias.

Contudo, do equacionamento eficaz da estrutura econômica de uma nação em formação como o Brasil, dependerá a sua sobrevivência de país enquanto projeto nacional e não meramente um espaço territorial, onde o predomínio da lógica das empresas transnacionais levará a rupturas inter-regionais, à virulência das rivalidades corporativas e à eternização dos bolsões de miséria fragmentados nesse país-continente. Nesse livro, Celso Furtado revela-se um profeta angustiado, ante os impasses que aguardam a civilização brasileira nesse limiar do século XXI. Empreendendo um projeto econômico nacional, foi derrotado pelos fuzis, num período conflagrado das lutas político-sociais do Brasil e do continente latino-americano, onde as forças armadas colocaram sem disfarces o Estado como promotor da acumulação monopolista de capital, sufocando até a possibilidade de pensar e construir intelectualmente a própria identidade ao proibir as obras deste estudioso no território nacional. Mas Furtado é um Quixote assumido e sua angústia reflete a angústia da civilização brasileira, num mundo em velocidade estonteante de transformação:

*“Há momentos na vida dos povos em que a falta mais grave dos membros da **intelligentsia** é a omissão... Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco... Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevistas que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las*

com alguma lucidez? E como a História ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de que será o último a rir ou a chorar. ²¹⁹

CONCLUSÃO

Lendo a obra de Celso Furtado é fácil perceber em sua inteireza que ao dar um combate sem tréguas ao subdesenvolvimento e suas deformações sociais no Nordeste, no Brasil e de resto, no Terceiro Mundo, este pensador demonstra à raiz aquele ditado recomendado à filosofia para o qual, além de interpretar o mundo, é mister transformá-lo.

Perseguido no campo da política e combatido à direita enquanto membro de governo, pode-se dizer que a crítica acadêmica mais consistente ao pensamento furtadiano veio do marxismo. Contudo é forçoso admitir que a queda do sistema socialista soviético pôs os marxistas na defensiva: há que se construir ou mesmo reconstruir uma economia política do socialismo. Por ora, a economia política do capitalismo dependente e seu método de análise histórico-estrutural ganha sobrevida na economia transnacionalizada do Brasil cuja construção foi interrompida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1974.
- _____. **O Capitalismo Pós-Nacional**. Cadernos de Opinião, 1975.
- _____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 9 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.
- _____. **A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Col. Economia**. Org. Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Nordeste - O Tempo Perdido**. Recife: Ed. Asa, 1986.
- _____. **Brasil - A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **A Fantasia Desfeita**. 2 ed. Paz e Terra: São Paulo, 1989.

²¹⁹ IDEM, op. cit.

- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- _____. *Não à Recessão e ao Desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento, Enfoque interdisciplinar*. 2 ed. Cia. Ed. Nacional: São Paulo, 1981.